



Quem os políticos dizem representar: elites políticas, redes sociais e uma agenda de pesquisa

Djiovanni Jonas França Marioto
Sciences Po; UFPR

ReDem Working Paper Series
Vol. 3
Nº 5
Setembro, 2026

Quem os políticos dizem representar: elites políticas, redes sociais e uma agenda de pesquisa

Djiovanni Jonas França Marioto

Resumo

Introdução: Estudos de elites políticas descrevem com precisão a carreira, o recrutamento e a posição institucional dos parlamentares, mas tratam a comunicação em plataformas digitais como objeto de outro campo de pesquisa, ao passo que a comunicação política a examina em detalhe e toma parlamentares como emissores indiferenciados. Permanece em aberto, por isso, se posição e trajetória organizam a quem o político diz representar nessas plataformas. O objetivo é mapear o que as duas literaturas estabeleceram, identificar onde divergem e propor uma agenda que as cruze, tendo como objeto a gramática representativa dos políticos.

Materiais e métodos: Revisão sistematizada de literatura internacional e brasileira, a partir dos termos 'ator', 'plataforma', 'representação' e 'posição institucional' aplicados a Web of Science, Scopus, SciELO e periódicos brasileiros não indexados nelas, com parada por saturação e leitura integral dos trabalhos centrais. **Resultados:** Há quinze anos o campo testa se a posição institucional explica adoção e volume de publicação nas plataformas e encontra resultado nulo em desenhos independentes. Quando o desfecho passa a ser a forma da mensagem ou a reação da audiência, os atributos voltam a operar, por moderação e não por efeito direto, de modo que a divergência entre estudos se organiza pela variável dependente escolhida. Esse conhecimento foi produzido sobretudo no Twitter e no Facebook, e nenhum desenho testou se posição e trajetória explicam o tipo de reivindicação representativa emitida. **Discussão:** A lacuna não decorre de escassez de literatura, e sim de resultados publicados que, lidos em conjunto, deixam esse espaço aberto. O texto propõe seis eixos de pesquisa, da validação de um Índice de Reivindicação Representativa à comparação entre retórica digital e atuação legislativa, para respondê-la no âmbito do INCT ReDem.

Palavras-chave

reivindicação representativa; gramática representativa; comunicação política; posição institucional; elites políticas.

Djiovanni Jonas França Marioto

Sciences Po; UFPR

djiovanimarioto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6485-5927>

Abstract

Introduction: Research on political elites has described legislators' careers, recruitment and institutional positions with considerable precision, but has treated communication on digital platforms as the concern of a separate field. Political communication research, by contrast, examines that communication in detail while treating legislators as undifferentiated senders. It therefore remains unclear whether politicians' institutional positions and career trajectories shape whom they claim to represent on these platforms. This paper maps what the two literatures have established, identifies where their findings diverge and proposes a research agenda that brings them together, focusing on politicians' representative grammar. **Materials and methods:** A systematised review of international and Brazilian literature was conducted using the terms 'actor', 'platform', 'representation' and 'institutional position' across Web of Science, Scopus, SciELO and Brazilian journals not indexed in these databases. Searching stopped at saturation, and the core studies were read in full. **Results:** For fifteen years the field has tested whether institutional position explains platform adoption and posting volume, repeatedly finding null effects across independent designs. When the outcome shifts to message form or audience response, however, actors' attributes regain explanatory power, through moderation rather than direct effects. Divergence across studies can therefore be traced to the choice of dependent variable. This body of knowledge derives mainly from studies of Twitter and Facebook, and no study has yet tested whether institutional position and career trajectory explain the type of representative claim politicians articulate. **Discussion:** The gap stems not from a shortage of research but from published findings which, read together, leave this question open. The paper proposes six lines of inquiry, ranging from the validation of a Representative Claim Index to the comparison of digital rhetoric with legislative behaviour, to address it within INCT ReDem.

Keywords

representative claims; representative grammar; political communication; institutional position; political elites.

Introdução

Políticos brasileiros publicam todos os dias em suas redes sociais, e essa comunicação de mandato tem equipe, orçamento, rotina e retorno mensurável. O estudo das elites políticas descreve com precisão a carreira, o recrutamento e a posição institucional desses atores, mas segue tratando a atividade digital como assunto de outro campo, enquanto a comunicação política a examina em detalhe e toma o parlamentar como emissor indiferenciado.

Este working paper propõe unir as duas descrições, e a proposta é teórica e metodológica. Se a posição institucional organiza o que o parlamentar faz no plenário e na comissão, cabe perguntar se ela organiza também o que ele reivindica e quem ele diz representar em plataforma, e a razão pela qual essa resposta não está disponível é o objeto das seções centrais deste texto.

Quatro perguntas circulam como pressuposto no debate público e no debate acadêmico, e servem de porta de entrada.

- a) mais seguidores indicam um representante mais conectado com a sua base?
- b) mais seguidores e mais engajamento significam mais votos?
- c) para além de categorizar e analisar a retórica dessa elite política nas redes sociais é possível medir a discussão pública e o populismo digital?
- d) as redes sociais são um espaço legítimo e aceito de representação pelos representados?

As quatro supõem equivalência entre audiência e representação, e não foram sistematicamente testadas em desenho que separe a audiência herdada da audiência construída durante o mandato, ou não possuem uma metodologia validada e amplamente replicável.

O campo não está vazio, porque há quinze anos ele testa se atributos de elite explicam comportamento em plataforma. Quando o desfecho é quantidade, nem a antiguidade nem a liderança nem o cargo preveem coisa alguma (Lassen & Brown, 2011; Esterling et al., 2011; Huber et al., 2026), e quando o desfecho passa a ser a forma da mensagem ou a reação do público os atributos voltam a operar, por moderação e não por efeito direto (Jost, 2023; Figeac et al., 2026). O que não foi testado sistematicamente em diferentes esferas políticas no Brasil é se eles explicam o tipo de reivindicação representativa e o seu destinatário.

Dois números sintetizam a rarefação. Na coleção brasileira da SciELO, a busca que cruza vocabulário de carreira ou de elite com parlamentares em plataforma devolve um único registro, e mesmo esse trata de ideologia partidária e não de trajetória (Amaral & Pinho, 2017). Entre os trabalhos que citam a referência central do campo de representação em ambientes digitais, 61 de 63 não empregam vocabulário de elite, de modo que os dois campos convivem sem contato bibliográfico.

A oportunidade tem data, porque os desenhos brasileiros de referência foram construídos sobre portais institucionais e sobre a fase inicial do Twitter (Braga & Nicolás, 2008; Marques et al., 2014), sem que nenhum deles observasse feed algorítmico consolidado, economia de vídeo curto, Instagram ou TikTok, e os trabalhos atuais que abordam essas redes sociais se debruçam sobre um corpus pequeno, tanto no número de atores políticos estudados como

no recorte temporal. A adoção, que era variável dependente, virou constante, e as perguntas antigas continuam válidas ainda que as condições de teste tenham mudado.

Há ainda um deslocamento conceitual em curso, já que a plataforma entra na maior parte dos desenhos como local de coleta quando a evidência disponível mostra que ela distribui de forma assimétrica e modera de forma desigual o conteúdo político (Dourado et al., 2024), o que torna a arquitetura parte do sistema explicativo.

A revisão seguiu protocolo sistematizado, com termos de ator, plataforma, representação e posição institucional aplicados a bases internacionais, à SciELO e a periódicos brasileiros fora delas, sob critério de parada por saturação, e as contagens relatadas são piso e não censo.

A base empírica de referência vem de pesquisa concluída sobre a 57ª legislatura, com 495.218 publicações de 522 deputados federais no Instagram e no X ao longo de 2023 (Marioto, 2026). Nesse corpus, 6,6% das publicações contêm reivindicação representativa válida, e o agrupamento de parlamentares com maior densidade de reivindicação registra o menor engajamento relativo, dois números que reaparecem adiante como evidência e como problema.

O texto vai da definição do objeto ao desenho de cada eixo, e serve também de base para o Núcleo de pesquisa que se constitui dentro do INCT ReDem.

O objeto

Este texto trata da gramática representativa dos políticos, que é o conjunto de escolhas discursivas pelas quais eles constroem e dirigem sua retórica e reivindicações de representação em plataforma, e que cobre a quem o político diz representar, em relação a que, com que enquadramento, com que frequência e com que consistência. A pergunta que organiza o texto é se essa gramática se associa à posição que ele ocupa na instituição e à trajetória que o levou até ali.

A escolha do termo distingue este objeto da análise temática, porque contar temas identifica sobre o que o político fala, ao passo que a gramática identifica em nome de quem ele fala e sob que forma.

Duas literaturas se aproximam do problema por lados opostos. A comunicação política toma a plataforma como palco e o conteúdo como desfecho, com a publicação por unidade de análise, enquanto os estudos de elites tomam o ator e os seus atributos como prioridade e tratam a plataforma como local onde o comportamento se manifesta.

A separação não é simétrica. Entre os registros dos periódicos brasileiros de comunicação, dois em oito usam variáveis de elite, contra seis em oito nos de ciência política, e nos cinco periódicos de ciência política examinados a razão entre registros de elites sem componente digital e com componente digital é de 8,1 para 1.

A proposta deste texto é tratar o ambiente digital como variável indissociável das variáveis políticas desses atores, porque a comunicação em plataforma passou a ter custo de produção, alocação de equipe e retorno mensurável, de modo que uma descrição do mandato que omita esse componente descreve um mandato que já não existe.

O escopo empírico são políticos no X, no Facebook, no Instagram e no TikTok, com a elite política oriunda da Câmara dos Deputados como caso de referência. A agenda se dirige aos

políticos em geral, e as linhas de trabalho que dependem de posição institucional e de atuação legislativa se especificam em parlamentares, porque é na instituição legislativa que a posição se torna observável e que o registro público existe. O recorte trata o período de mandato e não a campanha, porque é no mandato que a posição institucional opera.

O texto não propõe teoria nova da representação, e sim ancora e avança a agenda na formulação que trata a representação como reivindicação performativa (Saward, 2006), submetendo-a a condições que a literatura ainda não impôs.

O que a literatura já sabe

O acúmulo de duas décadas produziu quatro pontos de acordo, que aparecem em desenhos que não conversam entre si, em países diferentes e com métodos diferentes, e é essa convergência que autoriza tratá-los como conhecimento assentado.

O primeiro acordo é que a adoção da plataforma deixou de discriminar. A presença funcionou como variável dependente enquanto parte dos parlamentares ainda não tinha conta, e esse período terminou. A adoção do TikTok entre parlamentares alemães passou de 2% em 2020 para 52% em 2024, com 80% dentro de um dos partidos (Huber et al., 2026). No Brasil o mesmo movimento foi observado em etapas, primeiro nos portais institucionais das assembleias e depois no Twitter (Braga & Nicolás, 2008; Marques et al., 2014).

A consequência é conceitual, porque a presença virou constante e o que exige explicação passou a ser o uso.

O segundo acordo é que atributos individuais preveem intensidade. Republicanos da Câmara estadunidense tinham 44 pontos percentuais a mais de chance de ter conta em 2011, e dez dos doze líderes republicanos usavam Twitter contra um dos dezessete democratas (Lassen & Brown, 2011). No TikTok, a distintividade programática do partido, o uso intenso e ser homem, prevê volume de publicações (Huber et al., 2026).

A distribuição desse volume é desigual em todos os casos medidos, e os 10% mais ativos produzem de 40% a 50% do conteúdo (Huber et al., 2026). No caso brasileiro, a condição de influenciador aparece associada a votação acima da média, ainda que sem controle e sem diferença de engajamento entre tipos de carreira (Padilha, 2025).

Sabe-se também quais recursos de mensagem elevam interação. O comentário do próprio parlamentar sob a publicação tem razão de incidência de 1,66, imagem tem 1,46, emocionalização tem 1,45 e primeira pessoa tem 1,19, ao passo que o link reduz interação em 18%, com 0,82 (Jost, 2023). O conhecimento sobre a forma da mensagem é, portanto, mais preciso do que o conhecimento sobre quem a emite.

A identidade entra nesse acordo pela via do conteúdo e não do volume, porque os desenhos de comportamento legislativo mostram que atributos descritivos organizam a quem o parlamentar dirige a sua atuação (Lowande et al., 2019). O caso brasileiro reproduz o achado, com taxa mediana de reivindicação racial de 2,08% entre deputados pretos e de 0,35% entre brancos (Marioto, 2026).

O terceiro acordo é que a conta é operada pelo mandato e não pelo indivíduo, porque o tamanho da equipe do gabinete se correlaciona com todos os fatores de desenho da comunicação parlamentar (Esterling et al., 2011). Entre reeleitos há dependência de

trajetória, e entre calouros e antecessores não há correlação, o que indica que a prática vem do estoque corrente do parlamento.

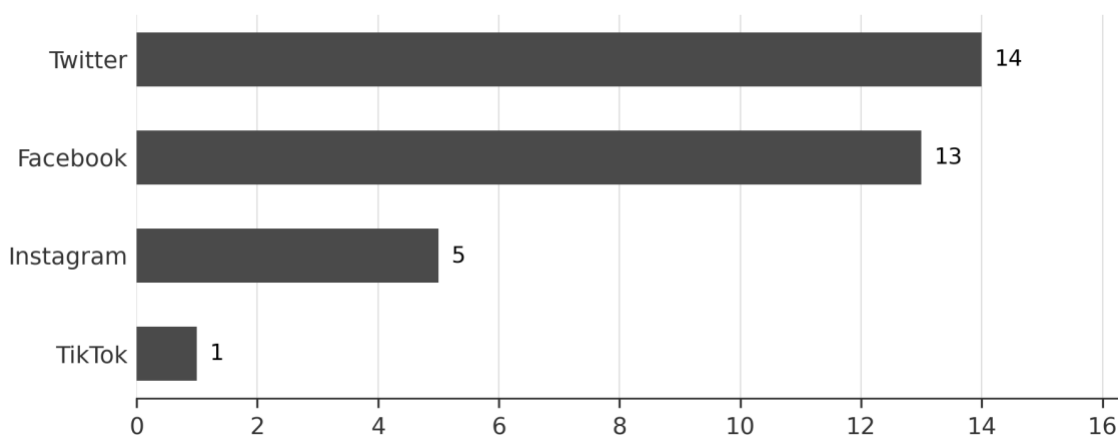
O mecanismo que liga recurso e prática já foi medido, e a conversão de sucesso anterior em uso posterior ocorre apenas entre parlamentares de posição alta (Jost, 2023). No Brasil o acordo se apoia em declaração de assessores em survey, com 144 e 155 respondentes, sem que nenhum dos dois trabalhos verifique essa declaração em dado de plataforma (Carlomagno et al., 2019; Barros et al., 2021).

O quarto acordo é que as plataformas não são intercambiáveis, já que o sinal de um mesmo atributo muda conforme a arquitetura. Mulheres e parlamentares urbanos recebem mais reação no Twitter, enquanto parlamentares rurais recebem mais no Facebook e no Instagram (Figeac et al., 2026), de modo que resultado obtido em uma plataforma não transfere para outra.

Os quatro acordos repousam sobre base estreita, e isso precisa ser dito junto com eles. No corpus brasileiro revisado, dezenove dos trinta e dois registros com componente digital tratam da Câmara dos Deputados e apenas três de assembleias estaduais, com quatorze registros no Twitter, treze no Facebook, cinco no Instagram e um no TikTok.

A Figura 1 mostra essa distribuição e deixa ver o desequilíbrio, porque Twitter e Facebook somam vinte e sete registros, contra seis de Instagram e TikTok, de modo que o acordo descrito acima foi medido sobretudo em ambientes que desde então mudaram.

Figura 1: Registros do corpus brasileiro revisado, por plataforma



Fonte: Autor (2026)

O teto metodológico quantitativo também é conhecido, porque o desenho brasileiro mais completo do campo é de 2014, com regressão linear múltipla sobre 463 deputados com conta no Twitter (Marques et al., 2014), e nenhum registro do corpus estima modelo multivariado com atributo de elite como preditor de comportamento no Instagram ou no TikTok.

A cobertura temporal acrescenta outro limite, porque o desenho longitudinal mais citado observa de 2010 a 2015 (Jost, 2023). O acordo vale para o ambiente em que foi medido, e a extensão ao ambiente atual é hipótese e não resultado.

Onde a literatura diverge

Os acordos convivem com três divergências abertas, que não decorrem de erro de medida e sim de os trabalhos adotarem variáveis dependentes diferentes sob o mesmo rótulo de comunicação parlamentar em plataforma.

A primeira divergência é o retorno eleitoral da presença digital. Há resultado positivo no caso brasileiro, com a condição de influenciador associada a votação acima da média em análise bivariada sem controle (Padilha, 2025), e há rejeição em três desenhos independentes reunidos num único artigo europeu (Huwylar et al., 2025).

Nesse último caso o experimento de survey na Suíça, na Alemanha e nos Países Baixos mede efeito negativo e desprezível sobre intenção de voto, e nos dados eleitorais suíços nenhum coeficiente atinge 0,05.

A divergência se mantém porque os desfechos não são comparáveis, já que um mede votação e o outro mede intenção declarada diante de uma pista textual.

O caso brasileiro acrescenta evidência contra a equivalência entre audiência e representação. Na 57ª legislatura, o agrupamento de parlamentares com maior densidade de reivindicação representativa registra o menor engajamento relativo, ao passo que o maior engajamento estava ligado a parlamentares que possuem uma retórica pessoalista (Marioto, 2026), o que indica que reivindicar mais não significa ser mais recompensado.

O problema de endogeneidade permanece sem tratamento na maior parte dos desenhos, porque quem já tem posição capta mais audiência e quem capta mais audiência chega a posições, de modo que a correlação observada admite as duas direções.

A segunda divergência é o efeito da posição institucional. Um conjunto de trabalhos não encontra efeito algum, com a antiguidade não prevendo adoção do Twitter no Congresso estadunidense (Lassen & Brown, 2011), com característica de distrito e situação eleitoral não prevendo o desenho do sítio de mandato (Esterling et al., 2011) e com gabinete, liderança partidária e presidência de comissão não prevendo volume no TikTok (Huber et al., 2026).

Outro conjunto encontra efeito. Parlamentares de posição mais alta convertem o sucesso anterior de um recurso de mensagem em uso posterior (Jost, 2023), e o status partidário organiza a reação da audiência de forma distinta entre plataformas (Figeac et al., 2026).

A Tabela 1 reúne esses resultados por variável dependente e torna a regularidade visível, porque a coluna de resultado passa de nulo para efeito exatamente quando o desfecho deixa de ser quantidade e passa a ser forma ou reação.

Tabela 1: O que a posição institucional prevê, por variável dependente

Variável dependente	Resultado	Evidência
Adoção de conta	Nulo para antiguidade	Lassen e Brown (2011)

Desenho do sítio de mandato	Nulo para característica de distrito e situação eleitoral	Esterling et al. (2011)
Volume de publicação	Nulo para gabinete, liderança partidária e presidência de comissão	Huber et al. (2026)
Uso de recurso de mensagem	Efeito por moderação, log-odds de 2,06 contra menos 0,11	Jost (2023)
Reação da audiência	Efeito de status partidário e de perfil social, variável por plataforma	Figeac et al. (2026)
Tipo de reivindicação representativa	Não testado	Nenhuma

Fonte: Autor (2026).

A terceira divergência é o peso da identidade contra o peso da filiação. Na rede de seguidores entre parlamentares europeus, a assortatividade por grupo político é de 0,543 e a por gênero é de 0,096 (Larrondo-Ureta et al., 2026), ao passo que no caso brasileiro a taxa de reivindicação racial separa deputados pretos de brancos por uma ordem de grandeza (Marioto, 2026).

Os dois resultados não se contradizem porque medem objetos distintos, já que estrutura de rede e conteúdo de reivindicação são camadas diferentes do mesmo comportamento.

O que pode ser feito

O princípio que organiza esta seção é construir uma agenda de pesquisa, que aborde as lacunas encontradas nas literaturas de elites políticas e comunicação política, a partir do relacionamento e cruzamento direto dos dois campos.

O primeiro eixo mede a gramática. A reivindicação representativa tem estrutura conhecida, com emissor, sujeito, objeto, referente e audiência (Saward, 2006), e o procedimento de mapeamento e de quantificação já foi publicado e aplicado (Joschko & Glaser, 2019).

O instrumento já está em desenvolvimento dentro do INCT ReDem, sob o nome de Índice de Reivindicação Representativa, com quatro dimensões, que são escopo, especificidade, consistência e valência. A tarefa não é criá-lo e sim validá-lo, refinar os seus instrumentos de captação de recepção e de aceitação, e compará-lo com comportamento e atuação legislativa.

O segundo eixo pergunta se a rede social é espaço legítimo e aceito de representação pelas constituições, ou se é apenas lugar de comunicação e de campanha permanente (Heclo, 2000). A distância entre emitir e ser autorizado é grande onde foi medida, porque a autorização exige que a constituição reconheça o representante (Guasti & Geissel, 2021).

O desenho que separa as duas leituras usa três medidas sobre o mesmo corpus.

- a) a densidade de reivindicação por período do mandato
- b) a congruência territorial entre a constituição reivindicada e a audiência que reage
- c) a resposta do político a quem o interpela

Densidade concentrada em campanha e congruência baixa aproximam o caso da campanha permanente, e o resultado inverso o aproxima do espaço de representação.

O terceiro eixo compara o que o parlamentar diz na rede com o que ele faz na instituição. O método de atribuição de engajamento temático a partir de dado de plataforma já foi validado contra participação em comissão (Payson et al., 2022), e o que esse desenho não faz é comparar a retórica com votação nominal e com autoria de proposição, que é a lacuna a ocupar.

O quarto eixo pergunta quem compõe a elite digital e se ela coincide com a elite institucional. O desfecho de interesse não é o tamanho da audiência e sim a congruência entre audiência e base eleitoral, o que evita definir elite pelo próprio desfecho.

O conjunto de variáveis de elite entra aqui por inteiro, e não em pedaços.

- a) a antiguidade, em escala contínua
- b) a posição, desagregada em relatoria, presidência de comissão, liderança partidária e cargo de Mesa
- c) a ambição, pela candidatura subsequente
- d) a profissionalização, pelo orçamento e pelo pessoal do gabinete (Squire, 2007)

O desenho exige controle de endogeneidade, e a solução disponível é o painel entre legislaturas, com o mesmo parlamentar observado antes e depois de assumir posição.

O quinto eixo trata de quem fala e de onde se fala. O desenho combina o dado orçamentário e de pessoal do gabinete com a série de publicações e substitui a declaração de assessores por medida observada (Esterling et al., 2011; Carlomagno et al., 2019). A plataforma entra no mesmo eixo como variável institucional, com o mesmo parlamentar por unidade, o que elimina a confusão entre efeito de ator e efeito de arquitetura (Dourado et al., 2024).

O sexto eixo constrói um índice de discussão política e de retórica nas redes sociais, e mede se a gramática representativa empregada difere conforme o perfil sociopolítico do político, a sua carreira e a sua atuação política.

Um desenho transversal atravessa os seis eixos e mede se o político ajusta a quem diz representar conforme o retorno recebido, com a estrutura já usada para recursos de mensagem e com a reivindicação no lugar do recurso (Jost, 2023).

A Tabela 2 reúne os seis eixos com a pergunta que cada um responde, e a sequência vai da medida da reivindicação isolada até a sua variação conforme o perfil e a trajetória de quem a emite.

Tabela 2: Os seis eixos e a pergunta de cada um

Eixo	Pergunta
1. Gramática representativa	Em nome de quem o político diz falar e com que consistência
2. Legitimidade e autorização	A rede é espaço aceito de representação ou campanha permanente

3. Retórica e atuação legislativa	O parlamentar reivindica pelos grupos em favor dos quais legisla
4. Elite digital e conversão de capital	Quem compõe a elite digital e como um capital vira o outro
5. Mandato coletivo e plataforma	Quanto do que se observa é do parlamentar, do gabinete e da arquitetura
6. Discussão política e retórica digital	A gramática representativa varia com o perfil sociopolítico, a carreira e a atuação do político

Fonte: Autor (2026).

A infraestrutura de dados já existe em fontes públicas, com a autodeclaração racial e o desempenho eleitoral em registro do Tribunal Superior Eleitoral e com a atuação legislativa em registro da Câmara dos Deputados.

Conclusões

A revisão sustenta três afirmações. A primeira é que o campo testou repetidamente se a posição institucional explica quanto o parlamentar publica e encontrou resultado nulo, em quatro países e em desenhos independentes. A segunda é que, quando o desfecho muda para forma da mensagem ou reação da audiência, os atributos voltam a operar, por moderação. A terceira é que ninguém testou se eles explicam o tipo de reivindicação. A pergunta que resta é se atributo de elite explica o que o político reivindica e a retórica utilizada, para quem diz falar e com que consistência.

As quatro perguntas de entrada reaparecem aqui com endereço. A primeira e a segunda, sobre audiência conectada e sobre retorno eleitoral, cabem no quarto eixo, que separa tamanho de audiência de congruência com a base eleitoral. A terceira, sobre medir a discussão pública e o populismo digital, cabe no sexto eixo, que constrói o índice que hoje não existe em forma validada e replicável. A quarta, sobre legitimidade e aceitação, cabe no segundo eixo, que distingue espaço de representação de campanha permanente. Os demais eixos sustentam essas respostas, porque medem a gramática representativa, comparam a retórica com a atuação legislativa e separam o que é do parlamentar do que é do gabinete e da arquitetura, sem o que nenhuma das quatro seria interpretável.

A resposta pode ser negativa, e isso faz parte do desenho, porque a ausência de efeito institucional sobre a reivindicação deslocaria a explicação para a arquitetura da plataforma e para o incentivo de audiência.

A revisão deixa também um resultado de método, uma vez que a divergência aparente entre estudos sobre elites em plataforma se organiza pela variável dependente escolhida.

Por fim, medir a reivindicação representativa, a retórica e a discussão política em plataforma e a sua aceitação permite verificar se o vínculo representativo passou a incluir o ambiente digital como espaço reconhecido, ou se ele permanece restrito ao circuito institucional.

Este texto serve de base para o Núcleo de pesquisa sobre elites digitais e representação digital que se constitui dentro do INCT ReDem, sob coordenação do autor. O Núcleo trata das elites políticas em geral, e as suas linhas de trabalho se especificam em parlamentares onde o desenho exige posição institucional e atuação legislativa. Mantém uma base que liga trajetória parlamentar a métrica de plataforma, atualizada a cada legislatura, e se dirige a

pesquisadores de comunicação política, de sociologia política e de estudos legislativos interessados em trabalhar sobre essa base.

Referências

- Amaral, M. S., & Pinho, J. A. G. de (2017). Ideologias partidárias em 140 caracteres: Uso do Twitter pelos parlamentares brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 51(6), 1041-1057. <https://doi.org/10.1590/0034-7612155837>
- Barros, A. T. de, Bernardes, C. B., Faria, C. F. S. de, & Busanello, E. (2021). Presença parlamentar nas mídias sociais: A estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. *Revista de Informação Legislativa*, 58(232), 57-86.
- Braga, S. S., & Nicolás, M. A. (2008). Prosopografia a partir da web: Avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 107-130. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100008>
- Carlomagno, M. C., Wisse, F., & Braga, S. S. (2019). Gabinetes digitais: O papel da comunicação online na rotina parlamentar. *E-Legis*, 12(29), 104-132. <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i29.475>
- Dourado, T., Almeida, S., & Piaia, V. (2024). Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: Análise multiplataforma de atores políticos, viés conspiratório e moderação de conteúdo. *Opinião Pública*, 30, e3017. <https://doi.org/10.1590/1807-019120243017>
- Esterling, K. M., Lazer, D. M. J., & Neblo, M. A. (2011). Representative communication: Web site interactivity and distributional path dependence in the US Congress. *Political Communication*, 28(4), 409-439. <https://doi.org/10.1080/10584609.2011.616875>
- Figeac, J., Neihsouer, M., & Garrigues, J. (2026). Campaigning across platforms: How party status, social profiles, and emotional tone shaped user engagement with French MPs during the 2022 presidential election. *Journal of Information Technology & Politics*. <https://doi.org/10.1080/19331681.2026.2616497>
- Guasti, P., & Geissel, B. (2021). Claims of representation: Between representation and democratic innovations. *Frontiers in Political Science*, 3, Article 591544. <https://doi.org/10.3389/fpos.2021.591544>
- Heclo, H. (2000). Campaigning and governing: A conspectus. In N. J. Ornstein & T. E. Mann (Eds.), *The permanent campaign and its future* (pp. 1-37). American Enterprise Institute; Brookings Institution.
- Huber, M., Block, S., & Ruiz, T. (2026). Incentivised engagement: How party characteristics and individual factors shape politicians' TikTok use. *Social Media + Society*, 12(1). <https://doi.org/10.1177/20563051261432483>
- Huwyler, O., Giger, N., Bailer, S., Turner-Zwinkels, T., & Heller, S. (2025). Constituency references in social media: MPs' usage and voters' reaction. *European Journal of Political Research*, 64(4), 1974-1998. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.70018>
- Joschko, V., & Glaser, L. (2019). A new approach to map and quantify representative claims and measure their validation: A case study analysis. *Politics and Governance*, 7(3), 137-151. <https://doi.org/10.17645/pag.v7i3.2150>
- Jost, P. (2023). How politicians adapt to new media logic: A longitudinal perspective on accommodation to user-engagement on Facebook. *Journal of Information Technology & Politics*, 20(2), 184-197. <https://doi.org/10.1080/19331681.2022.2076271>
- Larrondo-Ureta, A., Peña-Fernández, S., Orbegoza-Terradillos, J., & Morales-i-Gras, J. (2026). Feminist voices, partisan networks: Gender and political communication by MEPs on social media. *Frontiers in Political Science*, 8, Article 1851884. <https://doi.org/10.3389/fpos.2026.1851884>
- Lassen, D. S., & Brown, A. R. (2011). Twitter: The electoral connection? *Social Science Computer Review*, 29(4), 419-436. <https://doi.org/10.1177/0894439310382749>

- Lowande, K., Ritchie, M., & Lauterbach, E. (2019). Descriptive and substantive representation in Congress: Evidence from 80,000 congressional inquiries. *American Journal of Political Science*, 63(3), 644-659. <https://doi.org/10.1111/ajps.12443>
- Marioto, D. J. F. (2026). *Entre a representação, raça e internet: Tipologias empíricas da representação discursiva na Câmara dos Deputados* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].
- Marques, F. P. J. A., Aquino, J. A. de, & Miola, E. (2014). Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: Perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, 20(2), 178-203. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014202178>
- Padilha, R. L. e (2025). *Mídias sociais digitais e carreiras políticas: Uma análise sobre a ascensão dos deputados outsiders e influencers no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/98098>
- Payson, J., Casas, A., Nagler, J., Bonneau, R., & Tucker, J. A. (2022). Using social media data to reveal patterns of policy engagement in state legislatures. *State Politics & Policy Quarterly*, 22(4), 371-395. <https://doi.org/10.1017/spq.2022.1>
- Saward, M. (2006). The representative claim. *Contemporary Political Theory*, 5(3), 297-318. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300234>
- Squire, P. (2007). Measuring state legislative professionalism: The Squire index revisited. *State Politics & Policy Quarterly*, 7(2), 211-227. <https://doi.org/10.1177/153244000700700208>

Autoria

Djiovanni Jonas França Marioto

Consultor político e parlamentar, doutor em Ciência Política (UFPR). Pesquisador em Estágio Pós-Doutoral no CEVIPOF (Centre de recherches politiques de Sciences Po) da Sciences Po Paris e pesquisador em Estágio Pós-Doutoral do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Normas para colaboração



O **ReDem Working paper do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados ainda não publicados.

Os relatos de pesquisas devem conter até 5 mil palavras. A decisão sobre a sua publicação cabe à Editora a partir da avaliação de dois pareceristas.

O resumo dessas notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e deve destacar as conclusões). O título da nota de pesquisa deve conter até 100 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas ao final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão APA 2019 (7ª edição).

As notas de pesquisa devem ser enviadas por e-mail ao seguinte endereço coordenacao@redem.tec.br aos cuidados da Editora.



Copyright© 2026
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-
ReDem)

**ReDem Working paper. Instituto Nacional de Ciência e
Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática**

Editora: Maiane Bittencourt (UFPR; INCT ReDem)

Conselho editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecília Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento:

CNPq. Processo n. 406649/2022-7
Fundação Araucária INC2024191000001

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática**

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460, sala 515
Curitiba - PR - BRASIL CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com ▪ URL: <https://redem.tec.br/>

Direitos e permissões

O texto e os dados nesta publicação podem ser reproduzidos desde que a fonte seja citada.

O *Working Paper ReDem* dissemina resultados de trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias. Os documentos são assinados pelos(as) autores(as) e devem ser citados de acordo com a referência abaixo.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos no working paper são de responsabilidade das(os) autoras(es) e não refletem necessariamente as visões do INCT ReDem.

Os **ReDem Working papers** estão disponíveis online [<https://redem.tec.br/>]. Assinaturas podem ser feitas por e-mail coordenacao@redem.tec.br

Como citar

Marioto, D. J. F. (2026). Quem os políticos dizem representar: elites políticas, redes sociais e uma agenda de pesquisa. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(5), setembro.

Rights and Permissions

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

The disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions expressed are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of the INCT ReDem.

Working papers are available online [<https://redem.tec.br/>] and subscriptions can be requested by email to coordenacao@redem.tec.br

How to cite

Marioto, D. J. F. (2026). Quem os políticos dizem representar: elites políticas, redes sociais e uma agenda de pesquisa. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(5), September.